

1 IDENTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL

Universidade Comunitária da Região de Chapecó – Unochapecó

Credenciada pelo Decreto Estadual n.º 5.571, de 27 de Agosto de 2002, publicado no Diário Oficial de Santa Catarina em 28/08/2002. Renovação de Credenciamento pelo Decreto Estadual nº 659 de 25 de setembro de 2007.

Local:

Chapecó

Endereço:

Rua Senador Atílio Fontana, 591E, Bairro Efapi, Chapecó/SC

Mantenedora:

Fundação Universitária do Desenvolvimento do Oeste (Fundeste)

Área de Ciências Humanas e Jurídicas

Curso:

Curso de Graduação em Licenciatura Intercultural Indígena em Línguas, Artes e Literaturas

Curso de Graduação em Licenciatura Intercultural Indígena em Ciências Sociais

Curso de Graduação em Licenciatura Intercultural Indígena em Matemática e Ciências da Natureza

Curso de Graduação em Licenciatura Intercultural Indígena em Pedagogia

Dirigentes:

Reitor: Prof. Cláudio Alcides Jacoski

Vice-Reitora de Ensino, Pesquisa e Extensão: Prof^ª. Silvana Muraro Wildner

Vice-Reitor de Planejamento e Desenvolvimento: Prof. Márcio da Paixão Rodrigues

Vice-Reitor de Administração: Prof. José Alexandre de Toni

Diretores de Área: Prof. Glaucio Wandré Vincentin e Profª Juceli Morelo Lovato

Coordenadoras dos Cursos, respectivamente: Profª Marcia Moreno

Profª Teresa Machado da Silva Dill

Profª Sandra Mara Sabedot Bordin

Profª Suzi Laura da Cunha

Coordenadora Geral dos Cursos: Profª Teresa Machado da Silva Dill

2 APRESENTAÇÃO

O Curso de Licenciatura Intercultural Indígena está sendo ofertado pela Unochapecó desde o segundo semestre de 2009 na universidade e no interior da Terra Indígena Xaçepó, na Escola Indígena de Educação Básica Cacique Vanhkre localizada no município de Ipuacu (SC), em parceria com a Secretaria Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina, com bolsa do artigo 171, sem ônus para os estudantes e com a participação logística para acomodações e de infraestrutura da Secretaria Municipal de Educação de Ipuacu (SC). Uma vez concluídos, estes terão o título de Licenciado numa das quatro áreas, a saber: a) Licenciatura Intercultural Indígena com habilitação em Matemática e Ciências da Natureza; b) Licenciatura Intercultural Indígena com habilitação em Ciências Sociais; c) Licenciatura Intercultural Indígena com habilitação em Línguas, Artes e Literaturas; e d) Licenciatura Intercultural Indígena com habilitação em Pedagogia.

Os dois primeiros anos do curso são de formação geral e os três anos finais são por terminalidade, totalizando cinco anos com carga horária de 4.215 horas. O PPC do curso está organizado com componentes curriculares e currículo diferenciado para contemplar especificidades da educação indígena nos propósitos da pedagogia da alternância.

Com o objetivo de propiciar a educação superior para as comunidades indígenas, garantindo a frequência dos estudantes, o Governo do Estado de Santa Catarina propôs à Unochapecó a elaboração de um projeto pedagógico, desenvolvido com a participação dos indígenas e administrado no interior de suas terras. A Universidade aceitou a proposta e em um ano abriu inscrição para o processo seletivo. Inscreveram-se 96 (noventa e seis) indígenas e realizaram vestibular específico, destes foram classificados 60 (sessenta).

Estes Cursos de Graduação atendem a demanda existente das comunidades das terras indígenas Xaçepó, Chimbangue, Pinhal, Imbu, Palmas e Kondá, localizadas nos municípios de Ipuacu, Entre Rios, Abelardo Luz, Chapecó e Seara (SC). A relevância deste projeto ocorre, também, pela sua pretensão em inovar propostas na área de formação de docentes. Como o Curso propõe formar um novo agente educativo para atuar com comunidades indígenas no campo e nas

Aldeias, é notório o amadurecimento que ocorre no âmbito institucional da Unochapecó. Ou seja, se o objetivo geral é a formação de professores indígenas para o exercício docente na educação infantil, ensino fundamental, e em disciplinas específicas do ensino médio, então estamos diante de uma perspectiva inovadora. E esta é a perspectiva do projeto: de defender uma concepção de universidade que tem boas iniciativas e conceber o desenvolvimento regional através do ultrapassamento das demandas e compromentimentos com grupos sociais tradicionais.

Os cursos estão em andamento e é inédito no Brasil por estarem acontecendo integralmente na Aldeia e possibilitando a participação efetiva de estuda e comunidade. Como resultado parcial, dos 60 alunos matriculados no início do curso, em maio de 2012 estão matriculados e frequentando regularmente em suas áreas específicas, 55 (cinquenta e cinco) acadêmicos indígenas e todos com bom aproveitamento. Todos os processos pedagógicos, propostos nos PPCs dos cursos foram construídos com professores estudantes, lideranças indígenas, comunidades indígenas e representantes de entidades regionais como FUNAI, Secretarias Municipais e Estadual de educação, CIMI e Áreas Acadêmicas da Unochapecó. As bases para o currículo do curso foram implementadas a partir de experiências das Licenciaturas Interculturais da UNIMAT e UFMA.

Os Cursos de Licenciatura Intercultural para a Formação de Professores Indígena contam cada um (cada área do conhecimento) com uma carga horária total de 4.215 horas, assim distribuídas entre ensino e pesquisa e extensão. Os cursos são ofertados no município de Chapecó e na Terra Indígena Xapecó, localizada no Município de Ipuacu (SC) nas dependências do Colégio Indígena Cacique Vãinkrê, em parceria com a Secretaria de Educação do Estado de Santa Catarina. Nesta primeira etapa foram ofertadas 60 (sessenta) vagas para professores Indígenas não graduados e egressos do ensino médio. O curso tem como missão formar professores para atuarem na educação escolar Indígena, produzindo e garantindo a apropriação do conhecimento universal e específico da etnia, contribuindo para o desenvolvimento cidadão.

A Licenciatura tem por objetivo geral a formação e a habilitação de professores indígenas para o exercício docente na educação infantil, ensino fundamental e em disciplinas específicas do ensino médio, conforme a área de terminalidade em que fizer opção. Os objetivos específicos do Curso expressam uma dinâmica de formação de qualidade crescente, ancorada na permanente

relação teoria prática, manifesta em três níveis de competências: a) Compreensão do processo de educação escolar, dos seus limites e possibilidades, como uma nova prática social e cultural que se expressa em novas relações econômicas, políticas, administrativas, psicossociais, linguísticas e pedagógicas; b) Domínio de conhecimentos autóctones e das ciências que integram o currículo dos Cursos de Licenciatura e de sua adequada utilização na realidade sociocultural específica em que atua como professor. c) Capacidade de organização e dinamização do currículo escolar e de implementação de estratégias didático-pedagógicas consonantes com as demais práticas culturais utilizadas por uma sociedade ou por uma determinada comunidade.

Enquanto Universidade, este Curso de Licenciatura Intercultural para a formação de professores Indígenas é de extrema relevância, dado que interage de modo propositivo e participativo na formação desse novo agente de produção e reprodução cultural denominado professor indígena. Se é na universidade que se constitui um espaço privilegiado de interlocução com a diversidade cultural, então, naturalmente, este curso se justifica, pois as comunidades indígenas identificam-se enquanto protagonistas da diversidade cultural da civilização contemporânea. Estes Cursos de Graduação atendem a demanda existente das comunidades, das Terras Indígenas Xaçepó, Chimbanguê, Pinhal, Imbu, Palmas e Condá, localizadas nos municípios de Ipuacu e Entre Rios, Chapecó, Seara e Abelardo Luz - (SC). Com uma população de aproximadamente 9.000 pessoas e das quais 2.400 são estudantes do Ensino Básico, com uma Escola de Formação Específica de Ensino Médio: Escola Indígena Estadual Cacique Vãinkrê, localizada no município de Ipuacu, sede da T.I. Xaçepó, com uma média de 25 estudantes egressos/ano, desde 1990.

Piovezana (2011) coloca que analisando a trajetória da educação escolar indígena no Brasil pode-se considerar cinco fases distintas: a primeira fase, correspondente ao período colonial, a educação indígena estava ligada à Igreja Católica visando à conversão religiosa e ao aniquilamento da cultura indígena, o que se deu até 1900. Na segunda fase tem-se a criação do Serviço de Proteção ao Índio - SPI (1910-1967) cuja política de ensino, revelou uma preocupação com a necessidade de adequação da escola indígena às particularidades de cada um dos grupos. O funcionamento destas escolas era até então, idêntico ao das escolas rurais e diante de insucessos passou-se a refletir sobre a questão da adequação do ensino indígena adaptado ao grau de

“aculturação”, mesmo não considerando viável a adoção do ensino bilíngüe. Na terceira fase, ocorreu a substituição do SPI pela FUNAI (Fundação Nacional Índigena) e tem início a atuação do Summer Institute of Linguistic (SIL) que visava a conversão dos indígenas ao protestantismo, tendo inclusive, transcrito para diferentes línguas indígenas textos religiosos extraídos da bíblia.

A atuação destes diferentes órgãos se pautava no princípio integracionista do Estado brasileiro para com essas populações, unificando assim os diferentes grupos e instituições. A FUNAI por sua vez, tornou o ensino bilíngüe obrigatório através do Estatuto do Índio, em 1973. Tratava-se, teoricamente, de respeitar os valores tribais. O objetivo do SIL de conversão dos indígenas à religião protestante, foi objeto de polêmica junto à Funai, o que resultou no rompimento do convênio entre a FUNAI e o SIL, em 1977. Apesar das discussões, o SIL continuou atuando, embora com alterações. Propunha então, um caráter mais científico e menos religioso transformando-se em “Sociedade Internacional de Lingüística”, a que possibilitou a reativação do convênio em 1983. Mesmo fundamentando-se em programas respaldados pela ONU, não só sua ideologia continuou embutida nos textos, como também a FUNAI continuou apoiando esta entidade – republicando seus textos ainda em 1990. Mais de cinquenta missões religiosas entre protestantes e católicas atuavam nesse período, acelerando convênios com o governo brasileiro, caracterizando assim a famosa “educação missionária”, que não teve êxito, pois marcava uma ruptura com a tradição indígena.

Na quarta fase essa educação escolar contou com a participação de Organizações não-governamentais: Comissão Pró-Índio (CPI/SP – 1977), o Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI – 1980), Operação Anchieta (OPAN – 1969) e o Conselho Índigena Missionário (CIMI – 1972), que atuavam paralelamente à política indigenista oficial. Acrescidas a essas, os indígenas criaram suas próprias organizações, ocorrendo o I Encontro de Educação Índigena Escolar, em 1979, do qual resultaram documentos e propostas. É nesse contexto que ocorreram muitas discussões que foram geradoras de novas reflexões que acabaram por culminar nas inovações da Constituição de 1988.

A quinta fase, iniciada na década de 80, corresponde ao momento atual, e neste se destaca o fortalecimento do movimento indígena, que possibilitou a articulação dos professores indígenas em torno da elaboração de filosofias e diretrizes básica. Esse processo tem mostrado o quanto os

índios podem articular-se na construção de uma escola diferenciada. A Constituição Federal reconhece às populações indígenas, sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições. (art. 231). Além disso, assegura a estas comunidades o uso de suas línguas maternas e os processos próprios de aprendizagem (art. 210), o que é reforçado pelo artigo 164, § 2º da Constituição do Estado de Santa Catarina. “O ensino fundamental regular será ministrado em Língua Portuguesa, assegurada às comunidades indígenas também a utilização de suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem”.

A partir de 1991, no Decreto Presidencial nº 26, é atribuída ao Ministério da Educação a função de “coordenar as ações referentes à educação indígena” e este, por sua vez, atribui o desenvolvimento destas ações às Secretarias Estaduais e Municipais. A partir da Portaria Interministerial 559 é regulamentada a competência do MEC e instituído o Comitê de Educação Escolar Indígena (Portaria nº 60/92 e nº 490/93), levando em consideração grande parte das reivindicações dos povos indígenas com respeito à educação escolar. O Decreto Federal nº. 26 de 04/02/91 e a Portaria Interministerial nº 559 de 01/04/91, atribuíram ao Ministério de Educação e às Secretarias Estaduais e Municipais de Educação a responsabilidade de elaborar, ouvida a FUNAI, uma proposta de Educação Indígena. Esta proposta deveria contemplar o Ensino Tradicional do grupo indígena e o Sistema Educacional da sociedade envolvente conduzindo à valorização, à recuperação, ao reconhecimento e ao fortalecimento de seu patrimônio cultural, bem como o acesso ao conhecimento e aos códigos da sociedade, garantindo-lhes a possibilidade de defesa de seus interesses e a participação, em igualdade de condições, enquanto etnias diferenciadas. Com este entendimento, a Secretaria de Estado da Educação, Cultura e Desporto de Santa Catarina (SED), através da sua Diretoria de Ensino Fundamental, Médio e Superior, propuseram diretrizes básicas para a educação escolar dos povos indígenas com vistas a uma escola plena que atenda aos interesses destas comunidades.

Quando da participação de indígenas nos cursos ofertados de forma tradicional nas universidades da região Sul do Brasil, a evasão é de 90% e é ocasionada, principalmente pelas diferenças culturais, financeira e de pertencimento. Fatores estes que se justificam quando a oferta se dá no interior de uma Terra Indígena, não existindo praticamente a evasão. Questões pedagógicas e metodológicas são os desafios da proposta, principalmente quando do

conhecimento e domínio dos mestres formadores sobre Interculturalidade, especificardes, bilinguismo e diferença, que no processo vão se acrescentado e enriquecendo o acervo cultural dessa parceria.

3 IDENTIFICAÇÃO E DADOS GERAIS DO CURSO

CURSO DE LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA EM LÍNGUAS, ARTES E LITERATURAS

Modalidade: Licenciatura

Ato de Autorização: Resolução 053/CONSUN/2009 de 12 de maio de 2009

Alteração da Nomenclatura: 149/CONSUN/2011 de 28 de novembro de 2011

Regime de Funcionamento: Regime Regular (com aulas em regime intensivo nas férias e recesso escolares concentradas em uma semana)

Turno de Funcionamento: Integral (nas sextas-feiras nos turnos vespertino e noturno e aos sábados nos turnos matutino e vespertino, férias e recessos escolares nos turnos matutino, vespertino e noturno)

Número de Vagas para área específica de Línguas, Artes e Literaturas: 20

Duração semestres: 10 semestres

Carga Horária: 4215 h

Local: Chapecó (com parte das aulas ofertadas Terra Indígena Xapecó, localizada no Município de Ipuacu - SC)

CURSO DE LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Modalidade: Licenciatura

Ato de Autorização: Resolução 053/CONSUN/2009 de 12 de maio de 2009

Alteração da Nomenclatura: 149/CONSUN/2011 de 28 de novembro de 2011

Regime de Funcionamento: Regime Regular (com aulas em regime intensivo nas férias e recesso escolares concentradas em uma semana)

Turno de Funcionamento: Integral (nas sextas-feiras nos turnos vespertino e noturno e aos sábados nos turnos matutino e vespertino, férias e recessos escolares nos turnos matutino, vespertino e noturno)

Número de Vagas para área específica de Ciências Sociais: 11

Duração semestres: 10 semestres

Carga Horária: 4215 h

Local: Chapecó (com parte das aulas ofertadas Terra Indígena Xapecó, localizada no Município de Ipuacu - SC)

CURSO DE LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA EM MATEMÁTICA E CIÊNCIAS DA NATUREZA

Modalidade: Licenciatura

Ato de Autorização: Resolução 053/CONSUN/2009 de 12 de maio de 2009

Alteração da Nomenclatura: 149/CONSUN/2011 de 28 de novembro de 2011

Regime de Funcionamento: Regime Regular (com aulas em regime intensivo nas férias e recesso escolares concentradas em uma semana)

Turno de Funcionamento: Integral (nas sextas-feiras nos turnos vespertino e noturno e aos sábados nos turnos matutino e vespertino, férias e recessos escolares nos turnos matutino, vespertino e noturno)

Número de Vagas para área específica de Matemática e Ciências da Natureza: 10

Duração semestres: 10 semestres

Carga Horária: 4215 h

Local: Chapecó (com parte das aulas ofertadas Terra Indígena Xapecó, localizada no Município de Ipuacu - SC)

CURSO DE LICENCIATURA INTERCULTURAL INDÍGENA EM PEDAGOGIA

Modalidade: Licenciatura

Ato de Autorização: Resolução 053/CONSUN/2009 de 12 de maio de 2009

Alteração da Nomenclatura: 149/CONSUN/2011 de 28 de novembro de 2011

Regime de Funcionamento: Regular (com aulas em regime intensivo nas férias e recesso escolares concentradas em uma semana)

Turno de Funcionamento: Integral (nas sextas-feiras nos turnos vespertino e noturno e aos sábados nos turnos matutino e vespertino, férias e recessos escolares nos turnos matutino, vespertino e noturno)

Número de Vagas para área específica de Pedagogia: 19

Duração semestres: 10 semestres

Carga Horária: 4215 h

Local: Chapecó (com parte das aulas ofertadas Terra Indígena Xaçupé, localizada no Município de Içuaçu - SC)

4 MISSÃO E OBJETIVOS DO CURSO

4.1 Missão

Formar professores para atuarem na educação escolar Indígena, produzindo e garantindo a apropriação do conhecimento universal e específico da etnia, contribuindo para o desenvolvimento cidadão.

4.2 Objetivo Geral

O Curso de Licenciatura Intercultural Indígena tem por objetivo geral a formação e a habilitação de professores indígenas para o exercício docente na educação infantil, ensino fundamental e em disciplinas específicas do ensino médio.

4.3 Objetivos Específicos

Os objetivos específicos do Curso expressam uma dinâmica de formação de qualidade crescente, ancorada na permanente relação teoria-prática, manifesta em três níveis de competências:

- Compreensão do processo de educação escolar, dos seus limites e possibilidades, como uma nova prática social e cultural que se expressa em novas relações econômicas, políticas, administrativas, psicossociais, linguísticas e pedagógicas;

- Domínio de conhecimentos autóctones e das ciências que integram o currículo dos Cursos de Licenciatura e de sua adequada utilização na realidade sociocultural específica em que atua como professor;

- Capacidade de organização e dinamização do currículo escolar e de implementação de estratégias didático-pedagógicas consonantes com as demais práticas culturais utilizadas por uma sociedade ou por uma determinada comunidade.

Esses objetivos serão traduzidos no currículo do Curso como núcleos de estudos ou eixos temáticos e desenvolvidos nos componentes curriculares que os compõem. Tal prática fará com que o licenciando indígena articule a formação teórica de cada núcleo de estudo com outros conhecimentos, valores e habilidades disponíveis em sua realidade sociocultural.

5 PERFIL DO EGRESSO

5.1 Perfil Institucional

A Política e Diretrizes para Ensino de Graduação e Sequencial (Resolução 164/CONSUN/2010, 2010, p. 26), estabelece o perfil institucional dos egressos dos Cursos de Licenciatura e Bacharelado/Superiores de Tecnologia da Unochapecó, nos seguintes termos:

Perfil desejado para os egressos dos cursos de licenciatura e bacharelado

Profissionais-cidadãos, com autonomia intelectual, consciência ambiental, criativos, protagonistas, críticos, com atitude investigativa, capacidade para a resolução de problemas, sensibilidade social, clareza epistemológica, habilidade de renovação do conhecimento e de localização de informações, de expressão escrita e oral, de interação e relacionamento interpessoal, capacidade para trabalhar com os novos recursos de comunicação, com conhecimentos técnico-científicos e culturais, habilidade para o uso das novas tecnologias, para o trabalho coletivo e interdisciplinar e comprometimento ético-político na defesa de direitos.

5.2 Perfil de egresso do Curso de Graduação em Licenciatura Intercultural Indígena

Segundo Brzezinski (1992) ¹, nos últimos trinta anos as instituições educacionais e a sociedade em geral idealizaram três perfis tipológicos principais para os professores. Na década de 70, destacaram-se as proposições dirigidas à inserção dos educadores em seu meio social, a responsabilidade profissional, a associação de classe e a análise da realidade educacional. Portanto, o professor idealizado era crítico, participativo e propositivo. Um denunciante da “falência do ensino” e, ao mesmo tempo, um construtor de propostas para a nova Carta Magna.

Nos anos 80 as preocupações voltaram-se ao “fazer político-pedagógico”. Não bastavam

¹ IRIA BRZEZINSKI. Vice-presidente da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação — ANFOPE, Professora Assistente da Universidade de Brasília — UnB. Professora Adjunta da Universidade Católica de Goiás - UCG

leis e organização de classe, era preciso “formar o professor-educador” e, para tanto, reorganizar os cursos e assegurar-lhes qualidade. Só assim se alcançaria autonomia administrativa e acadêmica. O professor, portanto, deveria ser um educador competente e comprometido.

Nesta última década, as proposições encaminharam-se para a construção do que se convencionou chamar profissionalidade docente.

O educador, enquanto profissional do ensino, é aquele que: - tem a docência como base da sua identidade profissional; - domina o conhecimento específico de sua área, articulado ao conhecimento socialmente produzido, que lhe permite perceber as relações existentes entre as atividades educacionais e a totalidade das relações sociais, econômicas, políticas e culturais em que o processo educacional ocorre; - é capaz de atuar como agente de transformação da realidade em que se insere. (BRZEZINSKI, 1992, Apud ANFOPE)².

Entendida como eixo de teorização privilegiado, a abordagem da profissionalidade docente abarca proposições no âmbito do conhecimento profissional, científico, técnico e pedagógico; identidade profissional; compromisso sócio-político; postura ética; reconhecimento social, etc. Define como campo de atuação prioritária as unidades escolares (locus do fazer profissional) e como estratégias o fazer coletivo e a prática interinstitucional (parcerias). Assim, a construção do conhecimento profissional passa a contemplar conteúdos teóricos / práticos; individuais / coletivos; acadêmicos / cotidianos; inter / intrainstitucionais. Isto é, os profissionais da educação são idealizados em sua formação curricular, em sua ação profissional docente e em sua inserção político-social e sindical (IE/UFMT, 1994)³.

Nessa perspectiva, o professor idealizado deve apresentar o seguinte perfil tipológico: ser um profissional competente, comprometido, com postura ética, com reconhecimento social e com engajamento político. E as comunidades indígenas, como idealizam os seus professores? Como desejam que se “formem” esses novos agentes educativos? Tal definição permeia a maioria dos debates no âmbito dos cursos de formação de nível médio e se incorpora no cotidiano das comunidades indígenas. Trata-se, porém, de uma temática recente que envolve atores em construção e respostas nem sempre consensuais. Portanto, o professor é um agente dinamizador

²ANFOPE. Documentos Finais dos VI, VII, VIII e IX Encontros Nacionais da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação, 1992, 1994, 1996 e 1998

³Revista de Educação Pública. IE/UFMT, 4(5): 204-212, 1994

de conhecimentos indispensáveis para a rearticulação da vida societária. Não é, pois, uma figura associada a interesses alienígenas, mas passa a identificar-se como um protagonista da construção e da reconstrução cultural da comunidade em que atua (SECCHI, 1997)⁴.

De forma sintética, podemos dizer que o professor a ser formado nos cursos de licenciatura deverá desenvolver capacidades e competências que o habilite a:

- elaborar projetos de pesquisa e levantamento de informações sistematizadas em sua área de formação específica;
- elaborar e utilizar materiais didáticos específicos para uso nas suas escolas;
- definir, organizar e implementar propostas curriculares adequadas aos níveis de ensino e aos interesses das suas comunidades (GRUPIONNI, 1998)⁵.

⁴SECCHI, D. . Cem anos depois: escolas indígenas em Mato Grosso. Urucum Jenipapo e giz: a educação escolar indígena em debate. Cuiabá: Editora Entrelinhas, 1997, v., p. 71-81

⁵GRUPIONI, Luís Donisete Benzi. Coleções e expedições vigiadas. Os etnólogos no conselho de fiscalização das expedições artísticas e científicas no Brasil. São Paulo: Editora Hucitec/Anpocs. 1998.

6 ESTRUTURA CURRICULAR

O Curso de Licenciatura Intercultural Indígena em Línguas, Artes e Literaturas está estruturado em duas etapas: uma de **Formação Geral**, com duração de 2 (dois) anos e outra de **Formação Específica**, com duração de 3 (três) anos, perfazendo 5 (cinco) anos de formação.

A **Etapa de Formação Geral** compõe-se de dois núcleos curriculares que se articulam de forma a oportunizar aos estudantes a compreensão dos elementos construtivos da educação escolar indígena e os conhecimentos básicos necessários para a prática docente interdisciplinar na educação básica.

O primeiro terá como objeto a reflexão acerca dos processos pedagógicos que compõem a práxis escolar e os projetos societários que a orientam e como afetam e são afetadas pelas comunidades indígenas. O segundo enfocará o tratamento dos conteúdos básicos da área do conhecimento de Matemática e Ciências da Natureza que integram o currículo escolar.

A **Etapa de Formação Específica** será desenvolvida nos três últimos anos do curso e terá como enfoque o aprofundamento nos conhecimentos necessários para a prática docente no ensino fundamental e ensino médio.

A **Prática de Ensino** é desenvolvida ao longo dos componentes curriculares, onde o estudante aprende ao mesmo tempo os conteúdos e a sua metodologia, evitando-se a tradicional e já desaconselhada ruptura entre o conhecimento teórico e o prático, ou entre a escola e a vida.

No 8º período, o estudante inicia as atividades de **Estágio Curricular**, entendido como uma inserção do estudante na prática docente para vivência de experiências do cotidiano escolar, do cotidiano da docência, do cotidiano da comunidade indígena que tem vínculo com a escola. A escola indígena constitui-se num campo fértil para pesquisa da realidade, reflexão sobre os limites e possibilidades da ação, para continuidade à formação pedagógica dos estudantes enquanto estes desenvolvem e constroem sua prática pedagógica: planejam, aprimoram e avaliam a proposta pedagógica da escola, alicerçados na reflexão desenvolvida com os demais professores nos estudos feitos ao longo do curso.

No 9º período o estudante deverá elaborar o projeto de pesquisa social e pedagógica referente ao seu **Trabalho de Conclusão de Curso**, que será desenvolvido no décimo período,

com posterior apresentação, apreciação e avaliação final.

O Curso de Licenciatura Intercultural Indígena, enquanto fio condutor, um *Conjunto de Temáticas* que se desenvolvem a partir dos termos *Gênese, Tempo, Espaço, Sociedade, Território e Autonomia, Educação Escolar, Territorialidade e Autonomia dos povos Indígenas, Práticas pedagógicas indígenas e Políticas, Gestão e Financiamento da Educação Escolar Indígena*. Estes termos demarcam, de certo modo, a realização de enfoques temáticos articulados, dado que transitam por campos universais. Se de um lado, há, por exemplo, este estudo e análise da origem/gênese do homem, sociedade, as diferentes perspectivas de tempo na história da humanidade, de outro, os conteúdos específicos das temáticas e problemas elencados para a área específica serão mantidos enquanto formação específica.

Assim, as temáticas escolhidas possuem um remetimento que expressam uma compreensão do processo de educação escolar em consonância a uma perspectiva de conhecimentos que se integram entre si, fomentando, deste modo, uma nova prática social e cultural que se constitui tanto pela qualificação teórica universalizante, como de endereçamento específico.

Para o desenvolvimento de currículos mais significativos e flexíveis, são propostos os *Temas Transversais*, um recurso de trabalho que permite fazer dos conteúdos acadêmicos estudados na escola um instrumento para pensar questões socialmente relevantes para aquela comunidade indígena. São temas que permitem um elo de discussão entre as áreas de estudo, para que passem todas a servir a um projeto social definido pela comunidade. Este projeto se organiza através da discussão de temas que estão relacionados a um contexto político e social específico, ancorado na vivência histórica particular daquele grupo humano.

Os temas propostos seguem o Referencial Curricular Nacional para as Escolas Indígenas - RCNEI, onde são apresentados alguns temas transversais escolhidos e elaborados por um grupo de professores índios com a participação de consultores. De acordo com o documento, para a definição dos temas e a caracterização de sua relevância histórica e social para o projeto educativo de abrangência nacional, foram colhidas sugestões de um conjunto amplo de professores de diferentes etnias e regiões do país, chegando a seis temas que formam a base do projeto político que sustentará a construção curricular nas escolas indígenas brasileiras: *terra e*

biodiversidade, auto sustentação; lutas, movimentos e direitos; ética indígena; pluralidade cultural e educação e saúde.

As temáticas e os temas transversais propostos são explicados em sua importância e atualidade, e devem constituir o pano de fundo do trabalho dos docentes no curso, de forma a relacioná-los com a cultura indígena e aos conteúdos de estudo nas áreas específicas do currículo, tornando a aula mais adequada aos interesses dos estudantes. Ao mesmo tempo, os instrumentaliza para que possam concretizar esta relação nas diferentes áreas de estudo, ao discutir o projeto educativo e a programação curricular de suas escolas, de acordo com suas comunidades.

6.1 Licenciatura Intercultural Indígena em Línguas, Artes e Literaturas

Ouçã o que dizem os antigos. Preste atenção na fala dos velhos sábios, pois eles guardam a Palavra Criadora. () Mas o mundo está perdendo o contato com o Poder Criador da Palavra e se afastando da sua memória divina que dá origem a todas as coisas. () Ouçã a Palavra dos velhos sábios, eles carregam a Palavra Cântaro, de onde jorra a palavra pura e vital. () Contam do tempo antigo, as narrativas que invocam a fundação do mundo A'uwê e sua cultura singular. Narrativas tradicionais tecidas com a mesma mestria refletida nos objetos de arte repletos de texturas sutis e discretas, que revelam e ocultam. Como nos balaios feitos em trançados para carregar farinha e que nos seus desenhos contam histórias da vida de quem fez o trançado. () E nos entregam neste balaio soberbo, repleto de arte. (Ailton Krenak, Guardadores da Palavra Criadora, 1998).

Uma das armas de que tais populações têm lançado mão, hoje, para se defender, é a busca do conhecimento da sociedade do não-índio, de seus costumes, de sua maneira de pensar. Para ter acesso a essas informações, saber bem a língua portuguesa é a primeira necessidade. Assim, a cada dia que passa, cresce o volume de reivindicações por parte das comunidades indígenas, por educação escolar formal: entender a sociedade envolvente para defender-se dela. (Camargo & Albuquerque, 1998).

Ao pensar especificamente na área de Línguas, a preocupação primeira não é exatamente a de ensinar aos índios o Português, língua oficial e majoritária no país. Neste projeto tem-se presente o cuidado para não dissociar o ensino do Português do desenvolvimento das línguas indígenas e de não abafar o seu conhecimento e utilização. O ensino da língua portuguesa é uma

necessidade para a comunicação entre índios e não índios e uma forma de fortalecer as relações interculturais.

Na estrutura dos Cursos, a área de Línguas terá, portanto, como objeto de estudo, a experiência da linguagem, a prática do dizer e do calar, a temática da "língua nacional" *versus* línguas indígenas e as relações entre línguas, artes e literaturas.

As Artes e a Literatura, componentes igualmente essenciais dos Cursos, serão apresentadas como formas de trabalhar a sensibilidade e de alargar a visão de mundo. Ter-se-á o cuidado de possibilitar a experiência literária e artística, colocando em circulação a produção - seja em língua nativa, seja em português - e buscando em cada produção o espírito do povo que a produziu.

A base do trabalho com arte e literatura será essencialmente o próprio objeto de Arte (textos, etc.) e a sua interpretação, fundada, sobretudo na contemplação. O que se busca nesse trabalho é o estudo das diferentes formas de expressão acerca dos objetos de arte, como esse objeto foi dito e como foi pensado por uma determinada pessoa, comunidade ou povo. A unidade epistemológica e a integração com as demais áreas que compõem os Cursos serão buscadas numa reflexão sobre o funcionamento da linguagem em geral, tendo seu apoio teórico numa abordagem discursiva. Essa abordagem permitirá relacionar o conhecimento da linguagem ao conhecimento das formações sociais, levando em conta, como fato fundamental, a relação necessária entre linguagem e suas condições de produção, a constituição histórica do sujeito e do sentido. Não se considera, portanto, nesta abordagem, a linguagem como mero instrumento de comunicação e de informação - conjunto de códigos que, decifrados, tornariam a linguagem algo transparente -, mas na sua dimensão ideológica, analisando os processos discursivos, os dispositivos ideológicos de interpretação, que determinam tanto o sujeito quanto o sentido, desfazendo a ilusão de que o sujeito está na origem do seu dizer. Ou na formulação de Orlandi: "quando se diz algo, alguém o diz de algum lugar na sociedade para outro alguém também de algum lugar da sociedade e isto faz parte da significação"⁶.

Com base nas Teorias do Discurso, é possível pensar a linguagem a partir da história da

⁶ Orlandi, 1983, comentando Pêcheux (1969) para quem o discurso é "*feito de sentido entre interlocutores*"

sua constituição, incluindo aqui toda a história do contato das línguas indígenas entre si e com a língua portuguesa.

Portanto, não é sem preocupação que a escola adentra as sociedades indígenas buscando superar a tendência (e a prática) etnocêntrica e desenvolvendo ações que dêem lugar e espaço para o outro, permitindo o desenvolvimento de relações simétricas e dialógicas.

Pensando a prática, só é possível operacionalizar esta área considerando a clientela real e concreta que compõe o quadro discente: quem são os cursistas, a que etnias pertencem, por que ingressaram no curso, qual é a história do contato com a sociedade envolvente, etc.

Em segundo lugar, todos os envolvidos no projeto terão presente (e irão esclarecendo no decorrer do trabalho), qual é a função da língua oral e da escrita para as diferentes culturas.

A área de Línguas, Artes e Literaturas habilitará o estudante ao trabalho com as diferentes linguagens: escrita, oral, artística e literária. Aos estudantes será conferida a titulação em: Língua indígena, língua portuguesa, educação artística, literaturas indígena e portuguesa.

6.2 Licenciatura em Ciências Sociais

A área de Ciências da Sociais visa a formação de professores para o ensino fundamental.

Para tanto, tem-se por ponto de partida o entendimento que todas as sociedades mantêm com a natureza uma estreita relação de interdependência. As diferentes formas de aproveitamento e utilização dos recursos naturais, por um lado, e as diferentes formas de organização social, por outro, definirão o modo de vida de cada sociedade.

O programa para a área de Ciências Sociais para professores indígenas tem como eixo principal a história da construção dos diferentes conhecimentos (dentre eles o científico), como fruto das inter-relações entre sociedade-natureza-ciência-tecnologia. Sob tais paradigmas, buscam-se estabelecer complementaridade entre os diferentes saberes, tendo como ponto de partida e como objeto de estudo os conhecimentos próprios da comunidade educativa que participa do curso.

Portanto, a área de Ciências Sociais discutirá as diferentes formas utilizadas pelas sociedades – indígenas e não-indígenas - para a disponibilização de alimentos, vestuário, moradia, etc., e para o atendimento de suas necessidades simbólicas e cosmológicas. Tal

abordagem, entretanto, não é estática. Ao contrário, trata das transformações advindas do contato inter-societário, especialmente entre a denominada “civilização ocidental” e as sociedades indígenas. Os novos desafios que se colocam frente às sociedades indígenas precisam ser tratados adequadamente tendo por base os conhecimentos autóctones e os das outras culturas, considerando as diferentes etnomatemáticas e etnociências.

Os conteúdos das diferentes Ciências desta área serão trabalhados simultaneamente e de forma integrada entre ensino e pesquisa. Busca-se, portanto, superar a “fragmentação da natureza” nos nichos da biologia, física, química ou matemática, propondo-se a compreensão dos fenômenos naturais como uma unidade que é abordada sob diferentes perspectivas e com múltiplos instrumentos de análise.

6.3 Licenciatura em Matemática e Ciências da Natureza

A área de Matemática e Ciências da Natureza visa a formação de professores de Matemática e Ciências para o ensino fundamental, e de Biologia, Física, Matemática e Química para o ensino médio.

Para tanto, tem-se por ponto de partida o entendimento que todas as sociedades mantêm com a natureza uma estreita relação de interdependência. As diferentes formas de aproveitamento e utilização dos recursos naturais, por um lado, e as diferentes formas de organização social, por outro, definirão o modo de vida de cada sociedade.

O programa para a área de Matemática e Ciências da Natureza para professores indígenas tem como eixo principal a história da construção dos diferentes conhecimentos (dentre eles o científico), como fruto das inter-relações entre sociedade-natureza-ciência-tecnologia. Sob tais paradigmas, buscam-se estabelecer complementaridade entre os diferentes saberes, tendo como ponto de partida e como objeto de estudo os conhecimentos próprios da comunidade educativa que participa do curso.

Portanto, a área de Matemática e Ciências da Natureza discutirá as diferentes formas utilizadas pelas sociedades – indígenas e não-indígenas - para a disponibilização de alimentos, vestuário, moradia, etc., e para o atendimento de suas necessidades simbólicas e cosmológicas. Tal abordagem, entretanto, não é estática. Ao contrário, trata das transformações advindas do

contato inter-societário, especialmente entre a denominada “civilização ocidental” e as sociedades indígenas. Os novos desafios que se colocam frente às sociedades indígenas precisam ser tratados adequadamente tendo por base os conhecimentos autóctones e os das outras culturas, considerando as diferentes etnomatemáticas e etnociências.

Os conteúdos das diferentes Ciências desta área serão trabalhados simultaneamente e de forma integrada entre ensino e pesquisa. Busca-se, portanto, superar a “fragmentação da natureza” nos nichos da biologia, física, química ou matemática, propondo-se a compreensão dos fenômenos naturais como uma unidade que é abordada sob diferentes perspectivas e com múltiplos instrumentos de análise.

6.4 Licenciatura em Pedagogia

O Curso de Licenciatura de Graduação em Pedagogia, implantado em Chapecó em 1970, marca a instalação do ensino superior no Oeste catarinense, dando continuidade ao processo de interiorização da oferta do ensino superior no estado, iniciado em 1964 com a criação da Faculdade de Ciências Econômicas de Blumenau.

Este projeto é resultante da necessidade de revisão e atualização do curso frente às demandas colocadas pelo novo perfil dos estudantes que ingressam no curso, das exigências do mercado de trabalho e das adequações legais às novas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia, aprovadas pelo Parecer CNE/CP nº 5/2005 e pela Resolução CNE/CP nº 1/2006.

Atualmente o curso de Pedagogia da Unochapecó, está organizado em duas matrizes curriculares distintas, pois oferece duas habilitações - Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

Com as novas diretrizes o curso passa a ser unificado, ou seja, foram extintas as habilitações e os profissionais formados no curso têm a prerrogativa legal de atuar na educação infantil, anos iniciais do ensino fundamental e na gestão escolar.

Tendo como ponto de partida essas exigências o Curso de Licenciatura Intercultural Indígena em Pedagogia foram pensados a partir dos Referenciais para a Formação de Professores

Indígenas, com uma carga horária de 4.215 horas, com formação específica num período de cinco anos de forma presencial.

6.1 Matriz Curricular

6.1.1 Licenciatura Intercultural Indígena em Línguas, Artes e Literatura

1º período

Nº	Código	Área	Componente Curricular	Cr	C/H	Pré - Req
01	708	ACHJ	História da Educação e da Educação Indígena no Brasil	04	60	
02	702	ACHJ	Sociologia Geral	03	45	
03	802	ACHJ	Leitura e Produção de Texto	03	45	
04	708	ACHJ	Tecnologias da Educação	04	60	
05	705	ACHJ	História da Região	03	45	
06	701	ACHJ	Metodologia Científica	04	60	
07	706	ACHJ	Geografia e Espaço Social	04	60	
08	706	ACEA	Seminário I - Terra e conservação	01	15	
Subtotal				26	390	

2º período

Nº	Código	Área	Componente Curricular	Cr	C/H	Pré - Req
09	703	ACHJ	Antropologia das Sociedades Indígenas e Afrodescendentes no Brasil	04	60	
10	701	ACHJ	Filosofia Geral	03	45	
11	705	ACHJ	História e Historiografia Ocidental	04	60	
12	803	ACHJ	Artes na Educação Indígena	04	60	

13	409	ACS	Educação, Corpo e Movimento Humano	02	30	
14	101	ACEA	Matemática - Números e Operações	04	60	
15	200	ACEA	Ciências - Seres Vivos e Ambiente	04	60	
16	706	ACHJ	Seminário II - Auto sustentação	01	15	
Subtotal				26	390	

3º período

Nº	Código	Área	Componente Curricular	Cr	C/H	Pré - Req
17	705	ACHJ	Patrimônio e Cultura Indígena	03	45	
18	708	ACHJ	Didática Geral	04	60	
19	708	ACHJ	Psicologia da Educação	02	30	
20	708	ACHJ	Fundamentos da Educação Especial	02	30	
21	708	ACHJ	Política e Gestão da Educação Básica Indígena	03	45	
22	706	ACHJ	Geografia Regional	03	45	
23	101	ACEA	Matemática - Espaço e Forma	03	45	
24	705	ACHJ	História do Brasil e de Santa Catarina	03	45	
25	206	ACEA	Ciências - Corpo Humano e Ambiente	03	45	
26	705	ACHJ	Seminário III - Lutas, Movimentos e Direitos	01	15	
Subtotal				27	405	

4º período

Nº	Código	Área	Componente Curricular	Cr	C/H	Pré - Req
27	701	ACHJ	Produção de Autoria e Propriedade Intelectual Indígena	04	60	
28	802	ACHJ	Libras	02	30	
29	706	ACHJ	Geografia Geral	03	45	
30	409	ACS	Educação Física	04	60	
31	802	ACHJ	O multilinguismo e os povos Indígenas	04	60	

32	101	ACEA	Matemática - Grandezas e Medidas	04	60	
33	200	ACEA	Ciências - Recursos Naturais e Desenvolvimento	04	60	
34	705	ACHJ	Seminário IV - Pré-História Geral e da América	01	15	
Subtotal				26	390	

5º período

Nº	Código	Área	Componente Curricular	Cr	C/H	Pré - Req
35	802	ACHJ	Língua Portuguesa I	04	60	
36	802	ACHJ	Língua Kaingang I	04	60	
37	803	ACHJ	Educação artística I	04	60	
38	802	ACHJ	Literaturas Indígenas e Brasileira I	04	60	
39	802	ACHJ	Linguagem Escrita e Oral I	03	45	
40	802	ACHJ	Linguagem artística e literária I	02	30	
41	706	ACHJ	Meio ambiente e cidadania	02	30	
42	703	ACHJ	Saberes Kaingang	02	30	
43	703	ACHJ	Seminário V - Pluralidade Cultural	01	15	
Subtotal				26	390	

6º período

Nº	Código	Área	Componente Curricular	Cr	C/H	Pré - Req
44	802	ACHJ	Língua Portuguesa II	04	60	
45	802	ACHJ	Língua Kaingang II	04	60	
46	803	ACHJ	Educação Artística II	04	60	
47	802	ACHJ	Literaturas Indígenas e Brasileira II	04	60	
48	802	ACHJ	Linguagem Escrita e Oral II	03	45	
49	802	ACHJ	Linguagem artística e literária II	03	45	
50	706	ACHJ	Educação e Meio Ambiente	03	45	

51	200	ACHJ	Seminário VI - Saúde e Educação	01	15	
Subtotal				26	390	

7º período

Nº	Código	Área	Componente Curricular	Cr	C/H	Pré - Req
52	802	ACHJ	Língua Portuguesa III	04	60	
53	802	ACHJ	Língua Kaingang III	04	60	
54	803	ACHJ	Educação artística III	04	60	
55	802	ACHJ	Literaturas Indígenas e Brasileira III	04	60	
56	802	ACHJ	Revisão de textos	02	30	
57	802	ACHJ	Criação Literária	03	45	
58	802	ACHJ	Linguagem artística e literária III	03	45	
59	100	ACHJ	Inserção na Comunidade Escolar -Campo de Estágio	03	45	
Subtotal				27	405	

8º período

Nº	Código	Área	Componente Curricular	Cr	C/H	Pré - Req
60	802	ACHJ	Língua Portuguesa IV	03	45	
61	802	ACHJ	Língua Kaingang IV	03	45	
62	803	ACHJ	Educação artística IV	03	45	
63	802	ACHJ	Literaturas Indígenas e Brasileira IV	03	45	
64	802	ACHJ	Estudo Linguístico I	03	45	
65	802	ACHJ	Produção de texto Científico	02	30	
66	800	ACHJ	Estágio I - Ensino Fundamental	09	135	
Subtotal				26	390	

9º período

Nº	Código	Área	Componente Curricular	Cr	C/H	Pré -
----	--------	------	-----------------------	----	-----	-------

						Req
67	802	ACHJ	Estudos linguísticos II	04	60	
68	802	ACHJ	Língua Kaingang V	04	60	
69	803	ACHJ	Educação artística V	04	60	
70	802	ACHJ	Literaturas Indígenas e Brasileira V	03	45	
71	800	ACHJ	Estágio II - Ensino Médio	09	135	
72	200	ACHJ	Metodologia da Pesquisa em Ciências	03	45	
Subtotal				27	405	

10º período

Nº	Código	Área	Componente Curricular	Cr	C/H	Pré - Req
73	802	ACHJ	Estudos Linguísticos III	04	60	
74	802	ACHJ	Língua Kaingang VI	04	60	
75	803	ACHJ	Educação artística VI	04	60	
76	802	ACHJ	Literaturas Indígenas e Brasileira VI	04	60	
77	800	ACHJ	Estágio III - Ensino Médio	09	135	
78	800	ACHJ	Trabalho de Conclusão de Curso	04	60	
79	200	ACHJ	Seminário de Socialização dos Trabalhos Produzidos	01	15	
Subtotal				30	450	

Subtotal				267	4005	
Atividade Curricular Complementar				14	210	
TOTAL GERAL				281	4215	

6.1.2 Licenciatura Intercultural Indígena em Ciências Sociais

1º período

Nº	Código	Área	Componente Curricular	Cr	C/H	Pré -
----	--------	------	-----------------------	----	-----	-------

						Req
01	708	ACHJ	História da Educação e da Educação Indígena no Brasil	04	60	
02	702	ACHJ	Sociologia Geral	03	45	
03	802	ACHJ	Leitura e Produção de Texto	03	45	
04	708	ACHJ	Tecnologias da Educação	04	60	
05	705	ACHJ	História da Região	03	45	
06	701	ACHJ	Metodologia Científica	04	60	
07	706	ACHJ	Geografia e Espaço Social	04	60	
08	706	ACEA	Seminário I - Terra e conservação da sociobiodiversidade	01	15	
Subtotal				26	390	

2º período

Nº	Código	Área	Componente Curricular	Cr	C/H	Pré - Req
09	703	ACHJ	Antropologia das Sociedades Indígenas e Afrodescendentes no Brasil	04	60	
10	701	ACHJ	Filosofia Geral	03	45	
11	705	ACHJ	História e Historiografia Ocidental	04	60	
12	803	ACHJ	Artes na Educação Indígena	04	60	
13	409	ACS	Educação, Corpo e Movimento Humano	02	30	
14	101	ACEA	Matemática - Números e Operações	04	60	
15	200	ACEA	Ciências - Seres Vivos e Ambiente	04	60	
16	706	ACHJ	Seminário II - Auto sustentação	01	15	
Subtotal				26	390	

3º período

Nº	Código	Área	Componente Curricular	Cr	C/H	Pré - Req
----	--------	------	-----------------------	----	-----	-----------

17	705	ACHJ	Patrimônio e Cultura Indígena	03	45	
18	708	ACHJ	Didática Geral	04	60	
19	708	ACHJ	Psicologia da Educação	02	30	
20	708	ACHJ	Fundamentos da Educação Especial	02	30	
21	708	ACHJ	Política e Gestão da Educação Básica Indígena	03	45	
22	706	ACHJ	Geografia Regional	03	45	
23	101	ACEA	Matemática - Espaço e Forma	03	45	
24	705	ACHJ	História do Brasil e de Santa Catarina	03	45	
25	200	ACEA	Ciências - Corpo Humano e Ambiente	03	45	
26	705	ACHJ	Seminário III - Lutas, Movimentos e Direitos	01	15	
Subtotal				27	405	

4º período

Nº	Código	Área	Componente Curricular	Cr	C/H	Pré - Req
27	701	ACHJ	Produção de Autoria e Propriedade Intelectual Indígena	04	60	
28	708	ACHJ	Libras	02	30	
29	706	ACHJ	Geografia Geral	03	45	
30	409	ACS	Educação Física	04	60	
31	802	ACHJ	O multilingüismo e os povos Indígenas	04	60	
32	101	ACEA	Matemática - Grandezas e Medidas	04	60	
33	200	ACEA	Ciências - Recursos Naturais e Desenvolvimento	04	60	
34	705	ACHJ	Seminário IV - Pré-História Geral e da América	01	15	
Subtotal				26	390	

5º período

Nº	Código	Área	Componente Curricular	Cr	C/H	Pré - Req
----	--------	------	-----------------------	----	-----	-----------

35	706	ACHJ	Geografia dos Recursos Naturais	04	60	
36	705	ACHJ	História Moderna	04	60	
37	706	ACHJ	Conteúdo e Métodos de Ensino: Geografia	04	60	
38	705	ACHJ	História da América e os Ameríndios	04	60	
39	703	ACHJ	Antropologia da História Kaingang	03	45	
40	709	ACHJ	Sociedade e Política	02	30	
41	706	ACHJ	Meio ambiente e cidadania	02	30	
42	703	ACHJ	Saberes Kaingang	02	30	
43	703	ACHJ	Seminário V - Pluralidade Cultural	01	15	
Subtotal				26	390	

6º período

Nº	Código	Área	Componente Curricular	Cr	C/H	Pré - Req
44	706	ACHJ	Cartografia Aplicada	04	60	
45	705	ACHJ	História Contemporânea	04	60	
46	701	ACHJ	Tópicos em Filosofia I	04	60	
47	705	ACHJ	Conteúdo e Métodos: História	04	60	
48	702	ACHJ	As sociedades indígenas no mundo contemporâneo	03	45	
49	702	ACHJ	Organização Social Kaingang	03	45	
50	706	ACHJ	Educação e Meio ambiente	03	45	
51	200	ACS	Seminário VI - Saúde e Educação	01	15	
Subtotal				26	390	

7º período

Nº	Código	Área	Componente Curricular	Cr	C/H	Pré - Req
52	706	ACHJ	Geografia das Redes e Fluxos	04	60	
53	705	ACHJ	História do Brasil I	04	60	
54	701	ACHJ	Tópicos em Filosofia II	04	60	

55	702	ACHJ	Sociologia dos movimentos indígenas e do indigenismo	04	60	
56	706	ACHJ	Organizações socioespaciais indígenas	03	45	
57	703	ACHJ	Etnografias Kaingang	04	60	
58	700	ACHJ	Inserção na Comunidade Escolar Campo de Estágio	03	45	
Subtotal				26	390	

8º período

Nº	Código	Área	Componente Curricular	Cr	C/H	Pré - Req
59	706	ACHJ	Geografia da População	03	45	
60	705	ACHJ	História do Brasil II	03	45	
61	705	ACHJ	Teoria e Métodos da História Oral	03	45	
62	702	ACHJ	Sociologia do Desenvolvimento	03	45	
63	700	ACHJ	Estágio I - Ensino Fundamental	09	135	
64	706	ACHJ	Desenvolvimento Regional	03	45	
65	703	ACHJ	Antropologia da Saúde Kaingang	03	45	
Subtotal				27	405	

9º período

Nº	Código	Área	Componente Curricular	Cr	C/H	Pré - Req
66	706	ACHJ	Geografia Política e Econômica	04	60	
67	705	ACHJ	Fontes Históricas e Preservação dos Bens Culturais	04	60	
68	701	ACHJ	Tópicos em Filosofia III	04	60	
69	706	ACHJ	Terras e territorialidades Kaingang	03	45	
70	700	ACHJ	Estágio II - Ensino Médio	09	135	
71	701	ACHJ	Metodologia da Pesquisa em Ciências Sociais	03	45	
Subtotal				27	405	

10º período

Nº	Código	Área	Componente Curricular	Cr	C/H	Pré - Req
72	706	ACHJ	Geomorfologia	04	60	
73	705	ACHJ	Introdução à Arqueologia	04	60	
74	803	ACHJ	Metodologias de Ensino: Imagem e Som	04	60	
75	701	ACHJ	Ética e cidadania	04	60	
76	701	ACHJ	Estágio III - Ensino Médio	09	135	
77	700	ACHJ	Trabalho de Conclusão de Curso	04	60	
78	700	ACHJ	Seminário de Socialização dos Trabalhos Produzidos	01	15	
Subtotal				30	450	

Subtotal	267	4005	
Atividade Curricular Complementar	14	210	
TOTAL GERAL	281	4215	

6.1.3 Licenciatura Intercultural Indígena em Matemática e Ciências da Natureza

1º período

Nº	Código	Área	Componente Curricular	Cr	C/H	Pré - Req
01	708	ACHJ	História da Educação e da Educação Indígena no Brasil	04	60	
02	702	ACHJ	Sociologia Geral	03	45	
03	802	ACHJ	Leitura e Produção de Texto	03	45	
04	708	ACHJ	Tecnologias da Educação	04	60	
05	705	ACHJ	História da Região	03	45	
06	701	ACHJ	Metodologia Científica	04	60	

07	706	ACHJ	Geografia e Espaço Social	04	60	
08	706	ACEA	Seminário I - Terra e conservação da sociobiodiversidade	01	15	
Subtotal				26	390	

2º período

Nº	Código	Área	Componente Curricular	Cr	C/H	Pré - Req
09	703	ACHJ	Antropologia das Sociedades Indígenas e Afrodescendentes no Brasil	04	60	
10	701	ACHJ	Filosofia Geral	03	45	
11	705	ACHJ	História e Historiografia Ocidental	04	60	
12	803	ACHJ	Artes na Educação Indígena	04	60	
13	409	ACS	Educação, Corpo e Movimento Humano	02	30	
14	101	ACEA	Matemática - Números e Operações	04	60	
15	200	ACEA	Ciências - Seres Vivos e Ambiente	04	60	
16	706	ACHJ	Seminário II - Auto sustentação	01	15	
Subtotal				26	390	

3º período

Nº	Código	Área	Componente Curricular	Cr	C/H	Pré - Req
17	705	ACHJ	Patrimônio e Cultura Indígena	03	45	
18	708	ACHJ	Didática Geral	04	60	
19	708	ACHJ	Psicologia da Educação	02	30	
20	708	ACHJ	Fundamentos da Educação Especial	02	30	
21	708	ACHJ	Política e Gestão da Educação Básica Indígena	03	45	
22	706	ACHJ	Geografia Regional	03	45	
23	101	ACEA	Matemática - Espaço e Forma	03	45	

24	705	ACHJ	História do Brasil e de Santa Catarina	03	45	
25	200	ACEA	Ciências - Corpo Humano e Ambiente	03	45	
26	705	ACHJ	Seminário III - Lutas, Movimentos e Direitos	01	15	
Subtotal				27	405	

4º período

Nº	Código	Área	Componente Curricular	Cr	C/H	Pré - Req
27	701	ACHJ	Produção de Autoria e Propriedade Intelectual Indígena	04	60	
28	708	ACHJ	Libras	02	30	
29	706	ACHJ	Geografia Geral	03	45	
30	409	ACS	Educação Física	04	60	
31	802	ACHJ	O multilingüismo e os povos Indígenas	04	60	
32	101	ACEA	Matemática - Grandezas e Medidas	04	60	
33	200	ACEA	Ciências - Recursos Naturais e Desenvolvimento	04	60	
34	705	ACHJ	Seminário IV - Pré-História Geral e da América	01	15	
Subtotal				26	390	

5º período

Nº	Código	Área	Componente Curricular	Cr	C/H	Pré - Req
35	101	ACEA	Fundamentos da Matemática I	04	60	
36	200	ACEA	Ciências I: Ambiente físico e Ecologia	04	60	
37	101	ACEA	Laboratório de Ensino de Matemática I	03	45	
38	200	ACEA	Laboratório de Ensino de Ciências I	03	45	
39	703	ACEA	Etnociência e Cultura Kaingang	02	30	
40	701	ACHJ	História e Filosofia da Ciência	04	60	

41	707	ACHJ	Educação Socioambiental	02	30	
42	703	ACHJ	Saberes Kaingang	02	30	
43	703	ACHJ	Seminário V - Pluralidade Cultural	01	15	
Subtotal				25	375	

6º período

Nº	Código	Área	Componente Curricular	Cr	C/H	Pré - Req
44	101	ACEA	Fundamentos da Matemática II	04	60	
45	101	ACEA	Laboratório de Ensino de Matemática II	03	45	
46	200	ACEA	Ciências II: Corpo Humano e Sistemas	04	60	
47	200	ACEA	Laboratório de Ensino de Ciências II	03	45	
48	708	ACEA	Didática das Ciências	03	45	
49	102	ACEA	Estatística	04	60	
50	703	ACEA	Etnomatemática e Cultura Kaingang	04	60	
51	200	ACEA	Seminário VI - Saúde e Educação	01	15	
Subtotal				26	390	

7º período

Nº	Código	Área	Componente Curricular	Cr	C/H	Pré - Req
52	101	ACEA	Matemática I	04	60	
53	105	ACEA	Física I	04	60	
54	201	ACEA	Biologia I: Biologia Celular e Histologia	04	60	
55	106	ACEA	Química I	04	60	
56	201	ACEA	Laboratório de Ensino de Biologia	03	45	
57	106	ACEA	Laboratório de Ensino de Química	03	45	
58	100	ACEA	Inserção na Comunidade Escolar - Campo de Estágio	03	45	
Subtotal				25	435	

8º período

Nº	Código	Área	Componente Curricular	Cr	C/H	Pré - Req
59	101	ACEA	Matemática II	04	60	
60	105	ACEA	Física II	04	60	
61	201	ACEA	Biologia II: Zoologia Geral	04	60	
62	106	ACEA	Química II	04	60	
63	100	ACEA	Estágio I - Ensino Fundamental	09	135	
64	105	ACEA	Laboratório de Ensino de Física	03	45	
Subtotal				28	420	

9º período

Nº	Código	Área	Componente Curricular	Cr	C/H	Pré - Req
65	101	ACEA	Matemática III	04	60	
66	105	ACEA	Física III	04	60	
67	201	ACEA	Biologia III: Botânica Geral	04	60	
68	106	ACEA	Química III	04	60	
69	100	ACEA	Estágio II - Ensino Médio	09	135	
70	200	ACEA	Metodologia da Pesquisa em Matemática e Ciências da Natureza	03	45	
Subtotal				28	420	

10º período

Nº	Código	Área	Componente Curricular	Cr	C/H	Pré - Req
71	101	ACEA	Matemática IV	04	60	
72	105	ACEA	Física IV	04	60	
73	201	ACEA	Biologia IV: Genética e Embriologia	04	60	
74	106	ACEA	Química IV	04	60	

75	100	ACEA	Estágio III - Ensino Médio	09	135	
76	100	ACEA	Trabalho de Conclusão de Curso	04	60	
77	200	ACEA	Seminário de Socialização dos Trabalhos Produzidos	01	15	
Subtotal				30	450	

Subtotal		267	4005	
Atividade Curricular Complementar		14	210	
TOTAL GERAL		281	4215	

6.143 Licenciatura Intercultural Indígena em Matemática e Ciências da Natureza

1º período

Nº	Código	Área	Componente Curricular	Cr	C/H	Pré - Req
01	708	ACHJ	História da Educação e da Educação Indígena no Brasil	04	60	
02	702	ACHJ	Sociologia Geral	03	45	
03	802	ACHJ	Leitura e Produção de Texto	03	45	
04	708	ACHJ	Tecnologias da Educação	04	60	
05	705	ACHJ	História da Região	03	45	
06	701	ACHJ	Metodologia Científica	04	60	
07	706	ACHJ	Geografia e Espaço Social	04	60	
08	706	ACEA	Seminário I - Terra e conservação da sociobiodiversidade	01	15	
Subtotal				26	390	

2º período

Nº	Código	Área	Componente Curricular	Cr	C/H	Pré - Req
----	--------	------	-----------------------	----	-----	-----------

09	703	ACHJ	Antropologia das Sociedades Indígenas e Afrodescendentes no Brasil	04	60	
10	701	ACHJ	Filosofia Geral	03	45	
11	705	ACHJ	História e Historiografia Ocidental	04	60	
12	803	ACHJ	Artes na Educação Indígena	04	60	
13	409	ACS	Educação, Corpo e Movimento Humano	02	30	
14	101	ACEA	Matemática - Números e Operações	04	60	
15	200	ACEA	Ciências - Seres Vivos e Ambiente	04	60	
16	706	ACHJ	Seminário II - Auto sustentação	01	15	
Subtotal				26	390	

3º período

Nº	Código	Área	Componente Curricular	Cr	C/H	Pré - Req
17	705	ACHJ	Patrimônio e Cultura Indígena	03	45	
18	708	ACHJ	Didática Geral	04	60	
19	708	ACHJ	Psicologia da Educação	02	30	
20	708	ACHJ	Fundamentos da Educação Especial	02	30	
21	708	ACHJ	Política e Gestão da Educação Básica Indígena	03	45	
22	706	ACHJ	Geografia Regional	03	45	
23	101	ACEA	Matemática - Espaço e Forma	03	45	
24	705	ACHJ	História do Brasil e de Santa Catarina	03	45	
25	200	ACEA	Ciências - Corpo Humano e Ambiente	03	45	
26	705	ACHJ	Seminário III - Lutas, Movimentos e Direitos	01	15	
Subtotal				27	405	

4º período

Nº	Código	Área	Componente Curricular	Cr	C/H	Pré - Req
----	--------	------	-----------------------	----	-----	-----------

27	701	ACHJ	Produção de Autoria e Propriedade Intelectual Indígena	04	60	
28	708	ACHJ	Libras	02	30	
29	706	ACHJ	Geografia Geral	03	45	
30	409	ACS	Educação Física	04	60	
31	802	ACHJ	O multilingüismo e os povos Indígenas	04	60	
32	101	ACEA	Matemática - Grandezas e Medidas	04	60	
33	200	ACEA	Ciências - Recursos Naturais e Desenvolvimento	04	60	
34	705	ACHJ	Seminário IV - Pré-História Geral e da América	01	15	
Subtotal				26	390	

5º período

Nº	Código	Área	Componente Curricular	Cr	C/H	Pré - Req
35	708	ACHJ	Introdução à Pedagogia	03	45	
36	708	ACHJ	Sociologia da Educação	04	60	
37	708	ACHJ	História da Educação Infantil	04	60	
38	708	ACHJ	Filosofia da Educação	04	60	
39	708	ACHJ	Organização do Processo Educativo I	04	60	
40	707	ACHJ	Psicologia da Educação II	04	60	
41	708	ACHJ	Estágio Supervisionado em Pedagogia I	03	45	
42	703	ACHJ	Seminário V - Pluralidade Cultural	01	15	
Subtotal				27	405	

6º período

Nº	Código	Área	Componente Curricular	Cr	C/H	Pré - Req
43	708	ACHJ	Didática I	04	60	
44	708	ACHJ	Ludicidade na Educação Infantil	03	45	

45	801	ACHJ	Linguística e Alfabetização	04	60	
46	708	ACHJ	Teorias do Currículo	04	60	
47	708	ACHJ	Políticas e Gestão da Educação Básica	03	45	
48	708	ACHJ	Fundamentos da Educação Especial II	02	30	
49	708	ACHJ	Organização do Processo Educativo II	03	45	39
50	708	ACHJ	Estágio Supervisionado em Pedagogia II	03	45	39-41
51	200	ACHJ	Seminário VI - Educação e Saúde	01	15	
Subtotal				27	405	

7º período

Nº	Código	Área	Componente Curricular	Cr	C/H	Pré - Req
52	708	ACHJ	Trabalho Pedagógico com Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais	04	60	
53	708	ACHJ	Sexualidade Infantil e Educação	04	60	
54	708	ACHJ	Alfabetização e Letramento I	04	60	
55	708	ACHJ	Didática II	04	60	
56	708	ACHJ	Estágio Supervisionado em Pedagogia III	07	105	50
57	801	ACHJ	Educação Musical	04	60	
Subtotal				27	405	

8º período

Nº	Código	Área	Componente Curricular	Cr	C/H	Pré - Req
58	803	ACHJ	Metodologia do Ensino da Arte	04	60	
59	200	ACEA	Metodologia do Ensino de Ciências	04	60	
60	708	ACHJ	Pesquisa em Educação I	04	60	
61	101	ACEA	Metodologia do Ensino de Matemática	04	60	
62	708	ACHJ	Didática III	04	60	
63	708	ACHJ	Alfabetização e Letramento II	04	60	

64	708	ACHJ	Estágio Supervisionado em Pedagogia IV	03	45	56
Subtotal				78	405	

9º período

Nº	Código	Área	Componente Curricular	Cr	C/H	Pré - Req
65	708	ACHJ	Pesquisa em Educação II	04	60	60
66	802	ACHJ	Metodologia do Ensino de Português	04	60	
67	708	ACHJ	Metodologia do Ensino da Língua Kaingang	04	60	
68	705	ACHJ	Metodologia do Ensino de História	04	60	
69	706	ACHJ	Metodologia do Ensino de Geografia	04	60	
70	708	ACHJ	Literatura e Educação	03	45	
71	708	ACHJ	Estágio Supervisionado em Pedagogia V	04	60	63
Subtotal				27	405	

10º período

Nº	Código	Área	Componente Curricular	Cr	C/H	Pré - Req
72	708	ACHJ	Oficina I - Produção de Recursos Didáticos	04	60	
73	708	ACEA	Relação Homem-Natureza e Educação Ambiental	04	60	
74	708	ACHJ	Dificuldades de Aprendizagem	04	60	
75	708	ACHJ	Educação de Jovens e Adultos	04	60	
76	802	ACHJ	Oficina II - Leitura e Produção de texto	02	30	
77	601	ACHJ	Direito das Crianças e Adolescentes	02	30	
78	708	ACHJ	Estágio Supervisionado em Pedagogia VI	07	105	71
Subtotal				27	405	

Subtotal				267	4005	
Atividade Curricular Complementar				14	210	
TOTAL GERAL				281	4215	

6.2 Processo Pedagógico e de Gestão do Curso

Educar para o movimento dialético deve ser o ponto básico do curso. Há a necessidade de educar para a mudança e não para a inércia. Daí a necessidade dos professores buscarem os meios para organizar um processo educativo intencional, planejado para contribuir com a formação de pessoas, sujeitos de seu próprio processo de aprendizagem e da tarefa histórica de provocar mudanças no contexto sócio espacial, visando à formação do profissional que o perfil de egresso propõe.

Fornecer as balizas necessárias para uma concepção e prática que visam a emancipação humana e a autonomia cognitiva dos estudantes são imperativos educativos que juntos devemos assumir.

Na perspectiva que a Comissão de elaboração desse Projeto Pedagógico vem discutindo, a metodologia dialética de conhecimento se perfila como uma opção teórico-prática a ser privilegiada no Curso. O ensino como transmissão/assimilação precisa ser superado. A metodologia expositiva tradicional, do ponto de vista pedagógico carrega o risco da não-aprendizagem considerando o baixo nível de contato com o objeto de conhecimento que propicia. Infelizmente, essa prática persiste nos vários níveis educacionais, daí a necessidade de estabelecer uma autocrítica no sentido de transpô-la. O conteúdo que os professores trabalham em sala de aula, precisa ser refletido, problematizado, reelaborado pelos estudantes para se constituir em conhecimento deles. Do contrário, não se aprende, apenas se retêm informações em nível de memória superficial. Em concordância com a teoria dialética, o conhecimento se dá basicamente em três momentos que valem também para as situações pedagógicas:

Síncrise: da visão imediatista confusa, e simplificadora da realidade.

Análise: estabelecimento de relações, de aproximações sucessivas, provocando atenção e desequilíbrio nas noções e posturas prévias sobre o objeto de conhecimento.

Síntese: enquanto resultado da integração dos conhecimentos parciais em uma totalidade orgânica, a realidade concreta, nas suas múltiplas determinações.

Nessa compreensão do processo de construção do conhecimento, cabe ao professor:

- conhecer as representações da realidade para problematizar, para estabelecer a contradição;
- mobilizar-se para o conhecimento (o interesse deve ser provocado);
- buscar as mediações apropriadas;
- organizar um plano de aprendizagem que possibilite o contato com o objeto, o confronto entre os sujeitos e o objeto;
- auxiliar na elaboração da síntese do conhecimento.

Nesse sentido, consideramos prioritário, em que pesem algumas controvérsias e vozes dissonantes, que os professores articulem realidade, objetivo e mediação. Enfim, enquanto professores do Curso que tenhamos claro:

- o que queremos que os estudantes saibam?
- o que nossos estudantes precisam saber?
- o que queremos que os estudantes aprendam? (em termos de formação de conceitos, nível de formações, habilidades, competências e atitudes);
- o que queremos que os estudantes façam?
- o que queremos que os estudantes sintam?

7 PROCESSO DE AVALIAÇÃO

A qualificação do processo de ensino e aprendizagem no Curso de Licenciatura Intercultural Indígena está sob a égide de um permanente e conciso processo de avaliação interna e externa, estruturado por um conjunto de instrumentos que possibilitam a mensuração quantitativa e qualitativa das três dimensões, definidas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP) e Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), que perpassam a formação acadêmica: **Organização Didático-Pedagógica; Corpo Docente e Infraestrutura**, através da atuação e trabalhos da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Unochapecó e Avaliação Externa realizada pelo Conselho Estadual de Educação, instituído pela Lei n. 2.975, de 18 de dezembro de 1961, que consiste em um órgão normativo-jurisdicional, consultivo e de assessoramento superior, com sede na capital do Estado e jurisdição em todo o Estado, vinculado à Secretaria de Estado da Educação e que tem por finalidade deliberar sobre matéria relacionada com a educação e o ensino, na forma da legislação pertinente.

A Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Unochapecó foi instituída em 2005 pela Portaria nº. 027/2005, considerando os termos da Lei n. 10861 de 14 de abril de 2004 que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). A Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Unochapecó, responsável pela coordenação do processo de auto avaliação da instituição, tem como objetivos: coordenar os processos de avaliação da Unochapecó, visando o respeito aos princípios e a consecução das diretrizes institucionais; sistematizar e disponibilizar informações e fomentar e consolidar uma cultura de avaliação universitária.

Na Unochapecó, a Comissão Própria de Avaliação (CPA) é responsável pela condução dos processos de avaliação interna da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), obedecendo às diretrizes mencionadas na Lei n. 10861 de 14 de abril de 2004 (que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes). Os processos de avaliação conduzidos pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) subsidiam o credenciamento e recredenciamento da Unochapecó, bem como o reconhecimento e renovação de reconhecimento de seus cursos de graduação oferecidos. Uma das competências da Comissão Própria de

Avaliação (CPA) é elaborar o relatório de auto avaliação institucional com base nas 10 dimensões que constam no SINAES, que são:

I- A Missão e o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), que explicita a missão e caracteriza o Plano de Desenvolvimento Institucional;

II- Política para o ensino, pesquisa e extensão, que consiste na dimensão mais complexa, que descreve a proposta e concepção curricular, a organização didático-pedagógica, prática e formação docente, ensino de graduação e pós-graduação, relevância social e científica das pesquisas, práticas institucionais de pesquisa, grupos de pesquisa, concepção e atividades de extensão;

III- A responsabilidade social da Instituição, que caracteriza atividades com impacto no desenvolvimento regional e nacional, descreve a relação com setores público, privado com o mercado de trabalho, além de instituições sociais, culturais, etc.;

IV- A comunicação com a sociedade, que descreve os meios de comunicação internos e externos, e caracteriza a imagem pública da Instituição de Ensino Superior (IES);

V- As políticas de pessoal e de carreiras, que detalham os processos de capacitação de pessoal e os planos de carreira, além do clima institucional (relações interpessoais etc);

VI- Organização e gestão da instituição, que descreve o Plano de Desenvolvimento Institucional, os órgãos colegiados, os modos de participação na gestão e tomada de decisões;

VII- Infraestrutura física, que descreve desde as salas de aula até laboratórios e equipamentos, tendo como pano de fundo o ensino, a pesquisa e a extensão;

VIII- Planejamento e avaliação, que descreve os procedimentos de avaliação e acompanhamento pela Comissão Própria de Avaliação (órgão criado pela Lei do SINAES, em seu Artigo 11, cuja principal função é coordenar o processo de auto avaliação nas instituições de ensino superior);

IX- Política de atendimento aos estudantes, que descreve o acompanhamento pedagógico, critérios de seleção, participação em atividades universitárias (bolsas, estágios, iniciação científica), atendimento de estudantes, acompanhamento de egressos etc;

X- Sustentabilidade financeira, que descreve as políticas de captação e aplicação de recursos, controle de despesas e investimentos etc.

Os processos de avaliação perpassam, portanto, pela avaliação permanente do do ensino e aprendizagem no curso que envolve docentes e estudantes e um conjunto de espaços, ações e políticas institucionais que fundamentam a formação acadêmica. Deste modo, a avaliação dar-se-á no contexto das três dimensões abaixo:

7.1 Avaliação do Curso

O processo de avaliação do Curso terá como parâmetro os preceitos dispostos na LEI No 10.861, de 14 de abril de 2004 que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e na Resolução 100/CEE/SC de 22 de novembro de 2011, do Conselho Estadual de Educação que fixa normas para o funcionamento da Educação Superior no Sistema Estadual de Ensino de Santa Catarina. O mecanismo institucional utilizado para efetuar o processo de avaliação do Curso consiste na aplicação dos instrumentos da Comissão Própria de Avaliação (CPA) que almejam mensurar indicadores de qualidade do Curso, bem como suas fragilidades e potencialidades.

A avaliação do Curso também será efetuada pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE) que tem como uma de suas atribuições à avaliação das distintas dimensões que o constituem (Dimensão Didático-pedagógica; Corpo Docente e Infraestrutura), bem como de qualificar a proposta de formação deste.

Estes mecanismos derivam da política institucional de avaliação, que tem como princípio a continuidade e permanência dos processos avaliativos.

7.2 Avaliação dos Docentes

A execução do processo de avaliação do corpo docente do curso orienta-se pelo disposto na Política e Diretrizes para o Ensino de Graduação e Sequencial e no Regulamento da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Unochapecó, bem como nas dimensões e normativas do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES).

Esta será efetuada a partir da aplicação de instrumentos de avaliação da Comissão Própria de Avaliação (CPA), que possibilitarão a identificação do perfil dos docentes em relação à formação acadêmica e experiência profissional, compromisso com o processo de ensino e aprendizagem, pesquisa e extensão e com os princípios e diretrizes da Unochapecó.

Os principais aspectos de avaliação do corpo docente consistem em

- Domínio Didático- Pedagógico;
- Domínio Teórico-Metodológico;
- Planejamento das aulas e bom aproveitamento do tempo em sala de aula;
- Domínio de conteúdo;
- Comunicação clara, que facilita o entendimento e compreensão por parte do estudante;
- Empenho para que haja aprendizagem, avanços cognitivos, formação conceitual e superação de níveis de desenvolvimento;
- Boa relação com os estudantes, criando clima agradável na sala de aula;
- Organização de aulas dinâmicas que estimulem profícuas discussões teóricas e práticas;
- Capacidade de articular teoria e prática;
- Postura investigativa;
- Domínio e utilização de ferramentas tecnológicas no processo de ensino e aprendizagem;
- Método de avaliação condizente com o Projeto Pedagógico do Curso;
- Postura moral e ética;
- Pontualidade e comprometimento com o processo de ensino e aprendizagem.

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) também contribuirá neste processo através do acompanhamento das atividades docentes, auxiliando também, na definição de formas e estratégias de avaliação do corpo docente vinculado ao curso.

7.3 Avaliação dos Estudantes

O processo de avaliação dos estudantes pauta-se nos preceitos dispostos no Manual de Normas e Procedimentos Acadêmicos da Unochapecó. A avaliação do desempenho acadêmico

no curso será efetuada por componente curricular, tendo como parâmetro critérios de assiduidade e aproveitamento que consiste no desenvolvimento de estudos e nos avanços cognitivos obtidos pelo estudante no decorrer do curso. Outro princípio norteador da avaliação dos estudantes perpassará pelo desenvolvimento das formas de pensamento político, social, cultural e científico, este último vinculado à compreensão dos modos de fazer ciência.

Os procedimentos e conceitos/notas de avaliação estão regulamentados institucionalmente no Manual supracitado e a principal ferramenta para organização destes consiste no Plano de Ensino, entendido como um instrumento de planejamento e comunicação da instituição entre o docente e o estudante, elaborado de acordo com o Projeto Pedagógico do curso.

8 PERFIL DOCENTE

8.1 Perfil do docente institucional

Conforme definido pela Política e Diretrizes para Ensino de Graduação e Sequencial (Resolução 164/CONSUN/2010, 2010, p. 25-26) o corpo docente da Unochapecó, deverá:

- Dominar e manter atualizados os conceitos de sua área de conhecimento, relacionando-os aos fatos e tendências;
- Apropriar-se de conhecimentos didático-pedagógicos que possibilitam refletir e compreender o processo de aprendizagem;
- Compreender o espaço em que atua e a natureza do seu trabalho, ou seja, perceber que a sala de aula não está isolada de um contexto socioeconômico e cultural e que o estudante faz parte de um contexto maior;
- Compreender o sentido e o objetivo do componente curricular no qual atua;
- Conhecer o Projeto Pedagógico do Curso em que o componente curricular está inserido, o ementário, as razões para a presença de cada componente curricular e no curso e as expectativas acerca do componente na formação profissional;
- Articular o componente curricular ao mundo da produção e com o que está sendo pesquisado e publicado na área;
- Planejar adequadamente o trabalho pedagógico, garantindo a consistência do programa de aprendizagem/plano de ensino, de modo a transformá-lo numa ferramenta de trabalho;
- Avaliar o trabalho desenvolvido e seus resultados, tomando as decisões necessárias, indicadas pela avaliação, em vista a garantir a concretização dos objetivos estabelecidos;
- Compreender que a docência implica em estar comprometido com a aprendizagem dos estudantes, com sua construção como pessoa, não buscando apenas habilidades técnicas;
- Demonstrar saberes atitudinais, destacando-se: pontualidade, coerência entre feto e discurso, justiça e equidade, respeito ao saber e à pessoa do educando, atenção às suas dificuldades e potencialidade;
- Trabalhar de forma coletiva e interdisciplinar;

- Dominar as novas tecnologias e conduzir as aulas de forma a propiciar o protagonismo, a conectividade e a interatividade dos estudantes;
- Reconhecer a pluralidade cultural da comunidade onde atua e assumir a diversidade nos seus múltiplos aspectos;
- Incorporar a postura investigativa;
- Participar efetivamente da capacitação pedagógica organizada pela universidade.

8.2 Perfil docente do Curso de Graduação em Licenciatura Intercultural Indígena

O Curso visa preparar professores para promover, junto aos estudantes, o exercício pleno da cidadania e da interculturalidade, bem como o respeito às suas particularidades linguístico-culturais. Para que isso seja efetivado, é preciso um ambiente plural e intenso de discussão e reflexão sobre os significados de um curso específico de Licenciatura em Educação Indígena. Assim, o perfil docente para trabalhar nesse curso deve estar estreitamente vinculado aos objetivos do curso, bem como ao perfil do profissional que se deseja formar. Tendo em vista esta proposição, o docente que vai trabalhar no curso precisa dar conta de algumas competências e habilidades, como:

- Envolvimento e compromisso com o Projeto Pedagógico do curso;
- Seriedade, postura ética e moral no exercício profissional, dentro e fora da sala de aula;
- Valorização da diversidade sociocultural do Brasil, das experiências históricas e sociais de saberes e criações de arte, de música e de conhecimento. Assim como, conhecer a cultura própria da comunidade indígena, sua variedade e sua originalidade como patrimônio importante para toda a humanidade, percebendo as diferenças relativas à língua, ao modo de viver (de organizar-se socialmente, economicamente, politicamente) e de pensar (sobre o mundo, a humanidade, a vida e a morte, o tempo e o espaço);
- Conhecer a Constituição Federal do Brasil sobre as sociedades indígenas contemporâneas, garantindo o direito à diferença, percebendo que as sociedades indígenas em todo o mundo, no contexto atual de inserção em estados nacionais, têm contato com valores, instituições e procedimentos distintos que lhes são próprios;

- Valorização e respeito aos complexos sistemas de pensamento e modos próprios de produzir, armazenar, expressar, transmitir, avaliar e reelaborar conhecimentos nas comunidades indígenas e suas concepções sobre o mundo, o homem e o sobrenatural;

- Pensar a educação indígena a partir das concepções indígenas do mundo e do homem e das formas de organização social, política, cultural, econômica e religiosa do povo Indígena;

- Buscar integrar a sabedoria dos povos Indígenas como valores da educação tradicional destes, contribuindo para construção de uma política e práticas educacionais adequadas, capazes de atender aos anseios da comunidade, contrapondo que muitos desses conhecimentos não são compatíveis com os conhecimentos da escola contemporânea;

- Oportunizar a participação da comunidade no processo pedagógico da escola, fundamentalmente na definição dos objetivos, dos conteúdos curriculares e no exercício das práticas metodológicas, assumindo com efetividade uma educação específica e diferenciada;

- Atualização permanente, tanto no que se refere aos conteúdos da sua área de atuação, quanto a questões como diversidade sociocultural;

- Disposição para refletir sobre o processo de ensino-aprendizagem e repensar continuamente suas práticas, buscando abranger todos os saberes implicados na formação do educador, segundo SAVIANI (1996, p. 86)⁷: “saber atitudinal, saber crítico-contextual, saberes específicos, saber pedagógico e saber didático-curricular”;

- Compromisso com a busca incessante da produção do conhecimento nas áreas básicas e aplicadas, relacionadas com as necessidades da comunidade indígena;

- Disposição em relacionar-se com a comunidade acadêmica de forma adequada, ética e respeitosa;

- Disposição para trabalhar em equipe com os colegas e em parceria com profissionais de outras instituições.

Esse projeto tem como fundamento o respeito à pluralidade e à diversidade, assim sendo, não é um documento pronto e acabado, ou para ser utilizado mecanicamente, e sim, para ser

⁷ SAVIANI, Dermeval. **Os saberes implicados na formação do educador.** In: BICUDO, Maria Aparecida; SILVA JUNIOR, Celestino Alves (Orgs.). **Formação do educador:** dever do Estado, tarefa da Universidade. São Paulo: Unesp, 1996.

reescrito, aprimorado e ampliado sempre que houver necessidades.

Pensar o processo de qualificação docente e as prioridades que o curso deve seguir para garantir a implantação de seu Projeto Pedagógico será uma das tarefas primordiais de que o Colegiado do Curso deverá ocupar-se dando continuidade à elaboração deste documento.

Por fim, é importante destacar que a elaboração desse projeto pedagógico pautou-se em discussões coletivas conduzidas em diferentes situações, como em cursos de formação de professores indígenas, visita a escola indígena, análises de outros projetos de educação indígena que estão acontecendo no país, reuniões de colegiados das terminalidades específicas e encontros semanais da comissão de professores que ficaram responsáveis pela elaboração desse documento, onde, as contribuições advindas desses grupos serviram para aprimorar e enriquecer o texto original.